



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

Edital  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2024 REGISTRO  
DE PREÇOS  
Processo interno nº 014/2024  
Processo sistema 074/2024  
Aplicação Lei nº 14.133/2021

COM COTAS EXCLUSIVAS PARA ME, EPP E MEI EM ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14

### PREÂMBULO

O Município de Bastos, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 45.547.403/0001-93, com sede na cidade de Bastos/SP, na Rua Ademar de Barros nº 600, centro, CEP 17.690-000, através do Prefeito Municipal, Sr. Manoel Ironides Rosa, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, pela Lei Complementar Federal 123/06; alterada pelas Leis Complementares 147/14, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 1.700/2023 de 05 de dezembro de 2023, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro(a) **Nathalia Graziela Yamacuti** e sua Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 1.718/2024, de 03 de janeiro de 2024, conforme condições estabelecidas no presente Edital.

#### LOCAL E DATA

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (ON-LINE): a partir das 08h 00min do dia 18 de março de 2024 até as 08h00min do dia 02 de abril de 2024.

DA ABERTURA DAS PROPOSTAS (ON-LINE): às 08h05min do dia 02 de abril de 2024.

DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES): às 9h30min do dia 02 de abril de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

LOCAL: PortalBolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

#### Item

- 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.
- 2 - DO OBJETO.
- 3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS.
- 4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO.
- 5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.
- 6 - CREDENCIAMENTO.
- 7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 8-DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
- 9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
- 10 - DA FASE DE LANCES.
- 11 - HABILITAÇÃO.
- 12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.
- 13 - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO.
- 14 - DO REGISTRO DE PREÇOS
- 15 - INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA
- 16 - DA REVISÃO DE PREÇOS.
- 17 - RECUSA DA CONTRATAÇÃO.
- 18 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 19 - DAS PENALIDADES E MULTAS.
- 20 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS
- 21 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.
- 22 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
- 23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações)** da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Bastos/SP, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).
- 1.3 Durante a sessão de lances os fornecedores deverão cotar o valor unitário do item, sendo que a proposta ajustada deverá constar o valor unitário e valor total do item, o valor unitário poderá apresentar até quatro casas decimais, os valores unitários apresentados na proposta ajustada também necessitam ser ajustados junto a plataforma BLL, ambos precisam ser idênticos.
- 1.4 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante:
- 1.5 **A licitação será realizada com 167 (cento e sessenta e sete) lotes.**
- 1.6 Cotas? Sim
- 1.7 Ampla Participação: Sim – itens 62 ao 167.
- 1.8 Ordens judiciais: Sim – itens 91 ao 138, 160 e 167.
- 1.9 **Cota exclusiva ME/EPP: Sim – itens 01 ao 61.**
- 1.10 Amostras? Não
- 1.11 Catálogo/Ficha Técnica: Sim
- 1.12 Modo de Disputa: Aberto/fechado
- 1.13 Valor de Referência: Total do Processo R\$ 2.533.554,80
- 1.14 Critério de Julgamento: Menor Preço por lote
- 1.15 Regime De Execução: Empreitada por Preço Unitário por Item
- 1.16 Previsão Orçamentária: Não se aplica por se tratar de uma Ata de Registro de Preços.

### 2 - DO OBJETO

- 2.1. O presente pregão tem por objeto: **O Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos, por um período de (12) doze meses, prorrogável, uma única vez, por igual período para suprir as demandas do Fundo Municipal de Saúde no atendimento dos serviços de atenção básica e atendimento especializado de urgência e emergência e Ordens Judiciais impetradas contra o município**, de acordo com as especificações técnicas e quantidades estimadas conforme (T.R) Termo de Referência (anexo I) deste edital.
- 2.2. Deverá ser anexada na proposta a respectiva Ficha Técnica, com descrição compatível com a registrada no Ministério da saúde, de cada item cotado, identificando o número de cada item.
- 2.3. Para os produtos isento de registro, apresentar a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da dispensa de registro, conforme previsto na Lei n. 6360/1976, regulamentada pelo Decreto n 79094/1977
- 2.4. **Os medicamentos deverão ser entregues conforme a demanda da secretaria, de acordo com a necessidade. Não serão aceitos medicamentos de marcas diferentes do solicitado e já registrado em ata, a nota fiscal deverá ser entregue no ato da entrega, os medicamentos entregues em desacordo com o edital deverão ser substituídos;**
- 2.5. Os medicamentos objeto desta licitação deverão ser entregues em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação e com o número do registro da ANVISA. Os medicamentos termolábeis deverão ser entregues acondicionadas em caixas térmicas (isopor ou equivalente), com controle de temperatura.
- 2.6. Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverá apresentar em suas embalagens a expressão **“VENDA PROIBIDA PELO COMÉRCIO”**, De acordo com Portaria nº 2814/GM, de 29 de maio de 1998.
- 2.7. A licitante vencedora deverá apresentar laudo analítico laboratorial, item a item, juntamente com a Nota Fiscal, expedido por laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), conforme dispõe a resolução – RDC nº12 de 16 de fevereiro de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

2012.

2.8. Os medicamentos similares deverão apresentar no ato da entrega Certificado de Bioequivalência.

2.9. Todos os medicamentos deverão atender, rigorosamente, as especificações constantes do anexo I Termo descritivo e da proposta. A entrega fora das especificações implicará na recusa do recebimento por parte do Fundo Municipal de Saúde, que os colocará à disposição da contratada para substituição, as suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2.10. A licitante vencedora se obriga a manter a qualidade do produto e reposição no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e ainda deverá substituir o produto quando constatado que o produto não corresponde ao descrito no anexo I do presente Edital e na Ata de Registro de Preços.

### 3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Em campo próprio.

3.5 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.5.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente através do endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

3.5.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.5.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.6 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.8.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.9 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

3.10 Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão às últimas.

**3.11 Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.**

### 4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.4 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.4 Poderão participar do certame os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que esteja regularmente estabelecida no País e que preencham as condições de credenciamento e requisitos deste edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 5.2, para o respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda** e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.5 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão diretamente ou à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento, que poderá ser feito através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

5.6 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Bastos-SP a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.7 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8 **Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:**

5.8.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.8.2 O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8.3 **Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.**

5.8.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.5.6. Que estiver com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios suspenso, ou que por estas tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal. Súmula 51 TCESP.

5.5.7. Os interessados que esteja em regime de falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores; em caso de recuperação judicial poderá participar desde que durante a fase de habilitação apresente o plano de atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital (súmula nº50 do TCE/SP).

5.5.9. Empresas em forma de consórcios.

### 6 - CREDENCIAMENTO

6.4 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

6.5 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.6 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil -BLL;

6.7 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.8 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

6.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097.4600 e 3091-9654 ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões**, pelo site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

### 7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.4 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema (enviar anexo)**, proposta formal devidamente assinada eletronicamente ou manuscrita, com a descrição do objeto licitado, constando marca, número de registro da ANVISA, valor unitário e total, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

7.5 Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor de cada lote.

7.2.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6.1 Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irrevogável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.6.2 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.9 Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

a) A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital.

7.10 A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação.

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e horário previstos para o início da oferta de lances.

7.11 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.4 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.4.1 Valor unitário e total do lote (serão aceitos 04(quatro) dígitos após a vírgula);

8.4.2 Marca;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.5 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro** na ANVISA, quando assim o exigir;

8.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Promitente Contratada.

8.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos medicamentos.

8.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

#### **9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

9.4 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

9.5 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.5.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.5.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

##### **9.7.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.**

9.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.*

9.11.1 *A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.*

9.11.2 *Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.11.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.11.5 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.6 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, junto a plataforma BLL

9.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.18 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.20 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.21 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

### **9.24 Dos critérios gerais para desempate entre propostas:**

9.24.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93**  
**RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000**  
**BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800**

## **DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.24.2 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e bens produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.24.3 As regras previstas no item 9.21.2 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.25 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.26 É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

### **9.27 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.27.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.27.2 Serão desclassificadas as propostas que:

a) - contiverem vícios insanáveis;

b) - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.27.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.27.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.27.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, (24) vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.27.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.27.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.27.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de bula/ficha técnica, encaminhados por meio eletrônico, ou, se





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.27.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.27.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.27.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.27.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.27.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.28 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 10 - DA FASE DE LANCES

10.4 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.4.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.4.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

### 11 - HABILITAÇÃO

11.4 Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a BLL a documentação abaixo, em original ou por cópia autenticada por tabelião, funcionário público municipal ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, contados a partir da data da recepção do arquivo. No caso de cópia autenticada, toda documentação deverá estar perfeitamente legíveis.

11.4.1 Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.5 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Tribunal de Contas dos Estado de São Paulo - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

11.5.1 A consulta ao Cadastro acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.6 Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados neste item (11)

11.6.1 O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri- los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

11.7 Constituem motivos para inabilitação do licitante:

11.7.1 a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

11.7.2 a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.7.3 o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

11.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.5.3 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### 11.6 Habilitações Jurídicas

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 11.7 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas Pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese das certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:

**c1)** Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

**c2)** Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

**c3)** Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

f) Certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante e, **no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade**, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação e proposta;

### 11.8 DECLARAÇÕES

11.8.1 **Declaração Unificada conforme modelo (ANEXO III).**

11.9 **COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE ME/EPP**, as empresas deverão, apresentar juntamente com os documentos de habilitação:

11.9.1.1 Cópia da Declaração de Enquadramento emitida por órgão responsável ou declaração do contador da empresa devidamente autenticados ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial, caso a empresa se tratar de ME ou EPP.

11.9.1.2 Para se valer dos benefícios da Lei nº 123/2006, a empresa deverá apresentar Declaração de Enquadramento ou declaração do contador da empresa devidamente autenticadas ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial.

**11.10** A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**11.11** Os licitantes enquadrados na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014.

**11.12** Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

**11.13** A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

**11.14** Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital, para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), prevalecerá o primeiro.

## 12 . DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.4 Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

12.4.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (a empresa e o representante legal deverão estar devidamente identificados) preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente.

12.4.2 Conter descrição completa do lote, quantidade, unidade de medida, valor unitário (serão aceitos 04 dígitos após a vírgula), marca e número de registro na ANVISA.

12.4.2.1 Serão aceitas propostas com valores unitários de até 04 casas decimais, mas cabe salientar que para fins de emissão de nota fiscal o valor total da nota deverá ser apresentada com 02 casas decimais para fins de pagamento.

**12.4.3 JUNTAMENTE A PROPOSTA AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADO OS SEGUINTE DOCUMENTOS COM RELAÇÃO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, SENDO QUE DEVERÁ SER IDENTIFICADO PELA LICITANTE A QUE LOTE SE REFERE:**

- a) Licença de Funcionamento (LF), atualizada, expedida pela vigilância sanitária (VISA), ou a equivalente publicação na imprensa oficial;
- b) Autorização de funcionamento de empresas emitida pela vigilância sanitária (AFE);
- c) Certidão de Regularidade expedida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado sede da licitante;
- d) Se o medicamento constar da relação da Portaria nº344/1998, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA;

12.4.4 O prazo de 02 (duas) horas poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.5 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Promitente Contratada, se for o caso.

12.5.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam sob responsabilidade da Promitente Contratada.

12.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.6.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.9 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

#### 12.11 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

12.11.1 A fase de habilitação se dará posterior a fase de lances e julgamento portanto será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro ao licitante vencedor, sob pena de inabilitação. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo, anexadas todas em um arquivo somente, denominado dentro da plataforma BLL como "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES".

12.11.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

12.11.2 A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no item 11 (HABILITAÇÃO) deste edital, em um único arquivo denominado na BLL como "**Documentos Complementares**".

12.11.2.1 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.11.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

#### 13. - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1 Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema da BLL que irá adiantar a fase do processo no sistema, de **habilitação para em adjudicação**, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, da BLL, no prazo de **30 (trinta) minutos**.

13.1.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer.

13.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item 13.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando assim o Pregoeiro a remeter o processo a autoridade superior para proceder a adjudicação e homologação do objeto licitado a favor da(s)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93**  
**RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000**  
**BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800**

#### **DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

licitante(s) vencedora(s).

13.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.1.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Bastos/SP, sito à Rua Ademar de Barros, nº 600, sala 01, Centro, Bastos – SP, ou por meio de protocolo eletrônico.

13.1.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente como recurso.

#### **14 DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.2 A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

14.2 Será registrado o menor preço por lote.

14.3 A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.4 É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

#### **15 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA**

15.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

15.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 O descumprimento, por parte da PROMITENTE CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Bastos o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

15.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

15.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

15.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

15.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Bastos poderá aplicar à PROMITENTE CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

15.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

15.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

15.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

15.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

15.8.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

15.8.2 a pedido do fornecedor;

15.8.3 descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.8.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.8.5 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

15.8.6 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

#### 16 DA REVISÃO DE PREÇOS

16.1 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

1.6.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

16.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

16.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.5 Na hipótese de a PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

16.6 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021.

16.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

#### 17 RECUSA DA CONTRATAÇÃO

17.1 Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;

b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.

c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;

d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

17.2 A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93**  
**RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000**  
**BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800**

## **DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

recusa e conseqüente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

17.3 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter (em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega dos materiais.

### **18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.1.1 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

18.1.2 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

18.2 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

a) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

18.3 A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e conseqüente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

18.4 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega dos produtos/materiais.

### **19 DAS PENALIDADES E MULTAS**

19.1 Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à Promitente Contratada:

19.1.1 Advertência;

19.1.2 Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;

19.1.3 Impedimento de licitar e contratar;

19.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.1.5 O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

19.1.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.1.7 A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.1.8 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.

19.1.9 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item

19.1. As sanções previstas nos itens 19.1.1, 19.1.3. e 19.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 19.1.2, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

19.2 Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

## DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 20 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

20.1 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

22.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente através do site da BLL.

20.1.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (em original ou por cópia autenticada por tabelião, funcionário público municipal ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

20.1.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

20.1.4 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.1.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.1.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.1.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.1.8 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

20.2 A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

20.3 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

20.4 A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de (03) três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

20.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

20.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

### 21 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

21.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Bastos o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

21.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

21.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

21.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

21.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Bastos.

### 22 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

22.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

### 23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o edital em questão do presente pregão eletrônico pode ser obtidos pelo fone (14) 3478-9800, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada à sessão pública.

23.2 Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

23.3 O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões do pregoeiro independente da equipe de apoio.

23.4 As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

23.5 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

23.6 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a rege.

23.7 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.

23.8 À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

23.9 A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

23.10 Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

23.11 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

23.12 Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

23.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro Da Comarca de Bastos/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

**DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

São anexos deste edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTAS

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Bastos, 12 de março de 2024.

**MANOEL IRONIDES ROSA  
PREFEITO DE BASTOS**



## TERMO DE REFERÊNCIA

### MEDICAMENTOS E INSUMOS

#### 1. ÓRGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO:

- 1.1. Órgão Interessado: Fundo Municipal de Saúde de Bastos/SP.  
1.2. Localização: Rua 15 de novembro, 316, Centro, CEP 17.690-000 – Bastos/SP.  
1.3. Fone: (14) 3478-6169 – email: [smecbastos@gmail.com](mailto:smecbastos@gmail.com)

#### 2. DIVISÃO INTERESSADA:

UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS “YOSHIO YAMAGUTI”  
Rua Presidente Vargas, 498, Centro, CEP 17.690-000 – Bastos/SP.  
Fone: (14) 3478 – 2978 – E – mail: [Cemecoordenacao@gmail.com](mailto:Cemecoordenacao@gmail.com)/ [leonardopmbastos@gmail.com](mailto:leonardopmbastos@gmail.com)

#### 3. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Nome e Cargo: Maria Isabel de Oliveira, Coordenador da Assistência Farmacêutica.  
Nome e Cargo: Leonardo Duca de Godez, Coordenador da Central de Materiais

#### 4. OBJETO:

EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BASTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICAS, ESPECIALIZADAS E ORDENS JUDICIAIS.

#### 5. DA DESCRIÇÃO DOS LOTES:

LOTE	ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1	1	100	FRSC.	ACETATO DE PREDNISOLONA 1% COLÍRIO DE 5 ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
2	1	20	BIS.	ACETATO DE RETINOL; AMINOÁCIDOS; METIONINA; CLORAFENICOL 10.000 UI/G + 25 MG/G + 5 MG/G + 5MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 GR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
3	1	20	AMP.	ÁCIDO AMINOCAPRÓICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 20 ML.
4	1	2.500	AMP.	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 5 ML.
5	1	300	AMP.	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG/5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL.
6	1	500	FRSC.	ÁGUA DESTILADA PARA INJETÁVEIS 1.000 ML SISTEMA FECHADO.
7	1	1.500	FRSC.	ÁGUA DESTILADA PARA INJETÁVEIS 500 ML SISTEMA FECHADO.
8	1	4.110	CPR.	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
9	1	200	AMP.	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML.
10	1	400	AMP.	AMIODARONA 50 MG/ML SOLUCAO INJETÁVEL 3 ML.
11	1	2.500	FRSC.	AMOXICILINA 250 MG SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML + COPO DOSADOR.
12	1	30.000	CPR.	AMOXICILINA TRIHIDRATADA; CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500 + 125) MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
13	1	1.000	FRSC.	AMOXICILINA TRIHIDRATADA; CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500 + 125) MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL DE 75 ML + COPO DOSADOR.
14	1	100	AMP.	ATRACÚRIO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5 ML.
15	1	100	FRSC.	ATROPINA 1% COLÍRIO FRASCO COM 5 ML.
16	1	2.000	FRSC.	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL.
17	1	500	BIS.	BENZOILMETRONIDAZOL + NISTATINA + CLORETO DE BENZALCÔNICO CREME VAGINAL 62,5 MG/G + 25.000 UI/G + 1,25 MG/G TUBO 40 G + 10 APLICADORES. (COLPISTATIN)
18	1	1.000	AMP.	BETAMETASONA, DIPROPIONATO + FOSF DISSODICO BETAMETASONA 5+2MG SOLUÇÃO INJETAVEL.
19	1	40.000	CPR.	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
20	1	50	AMP.	LACTATO DE BIPERIDENO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML.
21	1	80	UNID.	BUDESONIDA 32 MCG COM 120 DOSES INALATÓRIAS.
22	1	5.000	AMP.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA; DIPIRONA 4 MG/ML + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 5 ML.
23	1	45.000	CPR.	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500MG + 400UI COMPRIMIDO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 90 COMPRIMIDOS.



24	1	1.800	AMP.	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG IM + DILUENTE (LIDOCAÍNA 1%) COM 2 ML.
25	1	100	AMP.	CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM 2 ML.
26	1	20.000	CPR.	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA.
27	1	100	AMP.	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.
28	1	400	AMP.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML.
29	1	200	FRSC.	CLORIDRATO DE BROMEXINA 2 MG/ML SOLUÇÃO EM GOTAS DE 50 ML.
30	1	50	FRSC.	CLORIDRATO DE CICLOPENTOLATO 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA EM GOTAS DE 5 ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
31	1	60.000	CPR.	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
32	1	100	AMP.	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML.
33	1	20	FRSC.	CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10% SOLUÇÃO OFTÁLMICA EM FRASCO CONTA GOTAS DE 5 ML.
34	1	400	AMP.	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA COM 1 ML.
35	1	15.000	DRAG.	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG DRÁGEA ARMAZENADA EM BLISTER.
36	1	15.000	CPR.	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
37	1	500	AMP.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 20 ML.
38	1	100	AMP.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML AMPOLA AMBAR.
39	1	100	AMP.	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML.
40	1	20	FRSC.	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA; CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10 MG/ML + 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA EM FRASCO CONTA GOTAS DE 10 ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
41	1	10.000	AMP.	CLORIDRATO DE TIAMINA 8 MG + RIBOFLAVINA 2 MG + PIRIDOXINA 4 MG + VIT B5 6 MG + NICOTINAMIDA 40 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML (COMPLEXO B).
42	1	5.000	CPR.	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100 MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
43	1	5.000	CPR.	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO.
44	1	100	AMP.	DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM AMPOLA DE 2 ML.
45	1	20	FRSC.	DEXAMETASONA 1 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA EM FRASCO GOTAS DE 5 ML.
46	1	300	FRSC.	DEXTRANA; HIPROMELOSE 1 MG/ML + 3 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA EM FRASCO CONTA GOTAS DE 15 ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
47	1	1.800	AMP.	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML.
48	1	300	CPR.	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL ARMAZENADO EM BLISTER.
49	1	1440	CAP.	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60 MG CÁPSULA ARMAZENADO EM BLISTER.
50	1	800	AMP.	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML - SOLUCAO INJETAVEL SUBCUTÂNEA SERINGA PREENCHIDA.
51	1	200	AMP.	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV DE 2 ML.
52	1	10.000	CPR.	FERROCARBONILA 120 MG + TIAMINA 4 MG + RIBOFLAVINA 1 MG + PIRIDOXINA 1 MG + CIANOCOBALAMINA 25 MCG + NICOTINAMIDA 10 MG + ÁCIDO FÓLICO + PANTOTENATO CALCIO 2 MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER. (REFERÊNCIA: COMBIRON)
53	1	1.000	AMP.	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV/IM DE 2 ML.
54	1	200	UNID.	GLICEROL 120 MG/ML SOLUÇÃO RETAL DE 500 ML + APLICADOR.
55	1	400	AMP.	GLICOSE 25% AMPOLA COM 10 ML.
56	1	800	AMP.	GLICOSE 50% AMPOLA COM 10 ML.
57	1	5.000	CPR.	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
58	1	100	FRSC.	HIPROMELOSE 3 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO COM 10 ML.
59	1	3.000	FRSC.	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSAO ORAL 30 ML.
60	1	200	UNID.	INSULINA CANETA NPH 100 UI/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL DE 3 ML.
61	1	200	UNID.	INSULINA CANETA REGULAR 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETAVÉL DE 3 ML.
62	1	40.000	CPR.	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 + 50 MG COMPRIMIDO.
63	1	18.000	CPR.	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
64	1	100	FRSC.	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL COM 20 ML. EMBALDO INDIVIDUALMENTE.
65	1	100	AMP.	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL SC/IM/IV DE 1 ML.
66	1	20.000	CPR.	MELOXICAM 15 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
67	1	30.000	CPR.	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO REVESTIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
68	1	2.500	AMP.	MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 3 ML.
69	1	100	AMP.	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 1 ML.
70	1	300	FRSC.	NEOMICINA + POLIMIXINA + LIDOCAINA + FLUOCINOLONA – FRASCO CONTA GOTAS COM 5 ML.(OTOSYNALAR)
71	1	2.500	CPR.	NITRAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
72	1	18.000	CAP.	NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULA GEL DURA ARMAZENADO EM BLISTER.
73	1	100	AMP.	NITROGLICERINA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 5 ML.
74	1	200	AMP.	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25MG/ML PO LIOFILIZADO P/ INJETAVEL 2 ML.



75	1	100	AMP.	OCITOCINA 5 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 1 ML.
76	1	2.000	FRSC.	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML + DILUENTE.
77	1	25.000	CPR.	ÓXIDO CÚPRICO; NICOTINAMIDA; NITRATO DE TIAMINA; ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL; PANTOTENATO DE CÁLCIO; RIBOFLAVINA; CLORIDRATO DE PIRIDOXINA; ÁCIDO FÓLICO; SULFATO DE ZINCO MONOIDRATADO; ÁCIDO ASCÓRBICO; CIANOCOBALAMINA. COMPRIMIDO REVESTIDO (POLIVITAMINICO).
78	1	5.000	AMP.	PIRIDOXINA, CLORIDRATO + DIMENIDRINATO + GLICOSE + FRUTOSE 5+3+100+100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 10 ML.
79	1	2.000	AMP.	PIRIDOXINA, CLORIDRATO + DIMENIDRINATO 50MG/ML + 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML.
80	1	1080	CPR.	PREGABALINA 150 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
81	1	5.000	CAP.	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200MG CAPSULAS.
82	1	2.000	AMP.	CLORIDRATO PROMETAZINA 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2 ML.
83	1	150	AMP.	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL IV DE 5 ML.
84	1	500	FRSC.	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100 MG PÓ LIOFILISADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV.
85	1	200	AMP.	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML.
86	1	200	AMP.	SULFATO DE MORFINA 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML.
87	1	300	AMP.	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLA 1 ML.
88	1	20	FRSC.	TETRACAÍNA 1% + FENILEFRINA 1% COLÍRIO 10 ML.
89	1	200	FRSC.	TIOPENTAL SÓDICO 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.
90	1	800	FRSC.	TOBRAMICINA 3 MG/ML SOL OFTÁLMICA FRASCO 5 ML.
91	1	24	SER.	ADALINUMABE DE 40 MG/ML SERINGA PREENCHIDA DE 0,8 ML. (JUDICIAL)
92	1	500	AMP.	MIDAZOLAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 10 ML.
93	1	1.200	UNID.	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 8MM X 0,25 MM. (JUDICIAL)
94	1	2400	UNID.	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 5MM X 0,25 MM. (JUDICIAL)
95	1	192	AMP.	ALFAPOETINA 10000 UI HUMANA RECOMBINANTE INJETÁVEL. (JUDICIAL)
96	1	360	CPR.	ALOGLIPTINA 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
97	1	600	CPR.	APIXABANA 2,5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
98	1	360	CPR.	ARIPIRAZOL 10 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
99	1	720	CPR.	ARIPIRAZOL 15 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
100	1	120	FRSC.	AZACITIDINA 100 MG INJETÁVEL. (JUDICIAL)
101	1	36	FRSC.	BRIMONIDINA 2 MG/ML COLÍRIO SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO COM 5 ML. (JUDICIAL)
102	1	36	FRSC.	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML COLÍRIO SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO COM 5 ML. (JUDICIAL)
103	1	40	FRSC.	CANABIDIOL 50 MG/ML SOL ORAL 30 ML COM SERINGA DOSADORA. (JUDICIAL)
104	1	30	FRSC.	CANABIDIOL 200 MG/ML SOL ORAL 30 ML COM SERINGA DOSADORA. (JUDICIAL)
105	1	360	CPR.	CANAGLIFLOZINA 300 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
106	1	300	CPR.	CARBOZATINIBE 60 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
107	1	350	SACH.	CLOLÁGENO HIDROLISADO SACHÊ 11G. (REFERÊNCIA: TENFLAX PLUS) (JUDICIAL)
108	1	360	CPR.	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 15 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
109	1	360	SACH.	COLESTIRAMINA ANIDRA COM SACHÊ EQUIVALENTE A 4 MG. (JUDICIAL)
110	1	360	CPR.	DAPAGLIFLOZINA 10 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO, ARMAZENADO EM BLISTER. (JUDICIAL)
111	1	1080	CPR.	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 1MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
112	1	336	CAP.	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 50 MG. (JUDICIAL)
113	1	336	CAP.	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70 MG. (JUDICIAL)
114	1	24	TB.	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 1MG/G POMADA. (JUDICIAL)
115	1	24	SER.	DUPILUMABE 300 MG SERINGA PREENCHIDA. (JUDICIAL)
116	1	720	CPR.	SACUBITRIL/VALSARTANA 49MG/51MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
117	1	720	CPR.	ESILATO DE NITENDANIBE 150 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
118	1	360	CPR.	FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADA 50 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1.000 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
119	1	1500	CPR.	GLIMEPIRIDA 4 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS. (JUDICIAL)
120	1	72	AMP.	INSULINA FIASP REFIL DE 10 ML. (JUDICIAL)
121	1	150	AMP.	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML REFIL 10 ML. (JUDICIAL)
122	1	500	AMP.	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML REFIL DE 3 ML. (JUDICIAL)
123	1	80	REF.	INSULINA DETEMIR 100 UI/ML REFIL DE 3 ML. (JUDICIAL)
124	1	450	AMP.	INSULINA LISPRO 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL REFIL DE 3 ML. (JUDICIAL)
125	1	50	REF.	INSULINA LISPRO 100 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL REFIL DE 10 ML. (JUDICIAL)
126	1	24	FRSC.	LATANAPROSTA 0,05 MG/ML COLÍRIO SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO COM 2,5 ML. (JUDICIAL)
127	1	480	CPR.	LEVETIRACETAM 750 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)



128	1	1.200	CPR.	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 + 50 MG COMPRIMIDO DR. (JUDICIAL)
129	1	360	CPR.	LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
130	1	108	UNID.	LIRAGLUTIDA 6 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML + SISTEMA DE APLICAÇÃO. (JUDICIAL)
131	1	30	FRSC.	MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML. (JUDICIAL)
132	1	360	CPR.	CLORIDRATO NALTREXONA 50 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
133	1	360	CPR.	NEBIVOLOL 5 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
134	1	720	CPR.	OLANZAPINA 10 MG COMPRIMIDO. (JUDICIAL)
135	1	24	UNID.	OMALIZUMABE 150 MG/ML AMPOLA COM 1 ML. (JUDICIAL)
136	1	360	CPR.	FOSFATO DE SITAGLITINA 100 MG COMPRIMIDO REVESTIDO. (JUDICIAL)
137	1	840	CPR.	TRIMETAZIDINA 35 MG. (VASTAREL MR)(JUDICIAL)
138	1	6	AMP.	USTQUINUMABE 90 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML EM SERINGA PREENCHIDA. (JUDICIAL)
139	1	720	CPR.	METADONA 10 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
140	1	12.000	CPR.	FINASTERIDA 5 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
141	1	200	AMP.	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100 MG PÓ PARA INJEÇÃO.
142	1	200	AMP.	TERBUTALINA 0,5 MG/ML AMPOLA COM 1 ML.
143	1	400	AMP.	CLORETO DE SÓDIO 0,9% AMPOLA COM 10 ML.
144	1	9.000	CPR.	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
145	1	900	FRSC.	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE FRASCO COM 120 ML.
146	1	42.000	CPR.	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
147	1	80.000	CPR.	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
148	1	12.000	AMP.	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 2,5 ML.
149	1	9.000	CPR.	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
150	1	100	BIS.	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA DE 50 G.
151	1	9.000	CPR.	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
152	1	4.000	AMP.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 2 ML.
153	1	500	FRSC.	CLONAZEPAM 2,5 MG SOLUÇÃO ORAL EM FRASCO CONTA – GOTAS DE 20 ML.
154	1	15.000	CPR.	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
155	1	20.000	CPR.	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
156	1	400	BIS.	ACICLOVIR 50 MG/G CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA DE 50 G.
157	1	50.000	CPR.	BROMOPRIDA 10 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
158	1	4.000	BIS.	DEXAMETASONA 0,1% CREME BISNAGA COM 10 G.
159	1	1.000	AMP.	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G IM + DILUENTE (LIDOCAÍNA 1%) COM 3,5 ML.
160	1	1.500	REF.	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML REFIL DE 3 ML. (JUDICIAL)
161	1	25.000	CPR.	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA.
162	1	300	FRSC.	SORO GLICOSADO 5% SISTEMA FECHADO FRASCO COM 250 ML.
163	1	200	FRSC.	SORO GLICOSADO 5% SISTEMA FECHADO FRASCO COM 500 ML.
164	1	200	FRSC.	DELTAMETRINA 0,2MG/ML SHAMPOO 100 ML.
165	1	330.000	CPR.	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA.
166	1	12.000	CPR.	VARFARINA SÓDICA 5 MG COMPRIMIDO ARMAZENADO EM BLISTER.
167	1	1.800	CPR.	CARBAMAZEPINA 400 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA ARMAZENADO EM BLISTER. (JUDICIAL)

## 6. DA JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a aquisição dos produtos tendo em vista serem os mesmos imprescindíveis para a continuidade do atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, perante a população que busca atendimento de suas enfermidades nos serviços da Atenção Básica e Especializada.

Justifica ainda a abertura da presente licitação, pelo período estimado de 12 meses, tendo em vista os itens desertos e fracassados no Pregão Eletrônico Registro de Preços 012/2023 e medicamentos que tiveram o seu quantitativo total solicitado.

## 7. DOS CRITÉRIOS EXIGIDOS PARA LICITANTE:

7.1. Os medicamentos ofertados deverão atender as especificações em conformidade com o que foi solicitado: farmacêutica, concentração contidas neste Termo de Referência e na Portaria nº 2.814/GM de 29 de maio de 1998 da ANVISA, sob pena de desclassificação.

7.2. No momento do cadastramento da proposta o Código do Item na ANVISA deve ser colocado juntamente com a marca do Produto. (exemplo: **Marca ABCD/1234567891011**).

7.3. As empresas vencedoras no certame devem apresentar: Licença de Funcionamento, Autorização e Funcionamento de empresa (AFE), Autorização Especial (AE).



7.4. As licitantes vencedoras devem apresentar endereços eletrônicos (E-mail) e telefones para contato atualizados.

7.5. Os medicamentos na forma de comprimidos, drágeas ou similares deverão vir em blister para que possibilite o fracionamento, deverá constar em cada embalagem primária fracionada o nome do princípio ativo, concentração por unidade de dose, nº do registro, nº de lote, data e validade, conforme a Resolução ANVISA – RDC nº 80 de 11-05-2006.

7.6. Quando o produto for injetável e estiver apresentado sob a forma de pó ou liofilizado, no preço cotado já deverá estar incluso o diluente.

7.7. Nos lotes oriundos de Ordens Judiciais, na proposta de preços, deverá ser aplicado o desconto mínimo obrigatório CAP (Coeficiente de Adequação de Preços) sobre o preço de fabricante (PF), baseado na tabela atualizada CMED ([www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)) de todos os medicamentos adquiridos pela administração pública direta ou por força de decisão judicial, tudo em conformidade com a Resolução CMED nº. 3, de 02 de março de 2011, publicada no D.O.U de 09 de março de 2011 e alterado no Comunicado CMED nº 6, de 30/03/2017, publicado no D.O.U de 03/04/2017, ou para atender Ordem Judicial Conforme Comunicado nº 15/2018, publicado no D.O.U.

#### **7.8. Habilitação técnica:**

Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.8.1. A empresa deverá apresentar atestado (podendo ser mais de (1) um de atividade pertinente e compatível com o que pretende fornecer, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realiza ou realizou fornecimento com características semelhantes no objeto desta licitação, em consonância com a sumula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim considerados 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida como critério objeto de análise dos atestados.

7.8.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.8.3. Descrição do objeto com características similares;

7.8.4. Forneceu pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total do item requisitado;

7.8.5. Forneceu no prazo correto, sem problemas de fornecimento.

7.8.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.8.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.8.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.9. A empresa deverá apresentar Alvará de localização e funcionamento vigente expedido pelo município sede da licitante.

#### **8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Será vencedora a licitante que apresentar o *MENOR VALOR UNITÁRIO* e atender as condições de habilitação.

#### **9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em (14) quatorze dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente assinada pelo responsável pelo recebimento e conferência das mercadorias, sendo liberada para pagamento somente após a aprovação da Secretaria Competente.

#### **10. DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:**

10.1. A Administração efetuará seus pedidos através da nota de empenho a comprovação se dará mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile e endereço eletrônico e-mail ou Whatsapp.



- 10.2. Os produtos deveram ser entregues na Rua Presidente Vargas, nº 498, Bairro: Centro, Cep 17.690-000, fone (14) 3478 - 2978 no horário das “ 7:00 as 16h50min. Diariamente (de segunda à sexta-feira) no horário das “7:00 as 16h50min, sendo recebido pelos funcionários da Unidade de Distribuição de Medicamentos e Materiais “Yoshio Yamaguti”.
- 10.3. As condições de entrega deverão ser realizadas da seguinte forma nos grupos de fármacos classificados como termolábeis: Terão que ser entregues de maneira que garanta sua segurança e temperatura do início ao fim do trajeto, acondicionado conforme indicado na bula, mantendo sua temperatura e estabilidade. Medicamentos classificados como frágeis, deverão ter acondicionamento seguro que evite quebras, trincados e rachaduras.
- 10.4. A entrega deverá ser feita em até no máximo 10 dias úteis, salvo medicamentos de cunho Judicial em que se aplica o prazo de 72 horas corridas segundo necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. A conferência primária do recebimento será efetuada sobre a quantidade do volume, e a conferência minuciosa será realizada em até três (3) dias úteis.
- 10.5. Deverá ser entregue medicamentos com prazo de validade mínimo de 75% acontar do momento da entrega, salvo casos com consentimento expresso do Fundo Municipal de Saúde de Bastos.
- 10.6. O descumprimento de qualquer parte das condições poderá acarretar na devolução da mercadoria.

#### **11. DOS RESPONSÁVEIS PELA ATA:**

Fiscal da ATA: Leonardo Duca de Godez

Cargo: Coordenador da Central de Materiais.

CPF: 495.664.818-96

Gestor da ATA: Yone Fernandes Kawabe

Cargo: Coordenador Administrativo da Central de Medicamentos e Materiais.

CPF: 073.094.968-09

**Bastos, 02 de Janeiro de 2024.**

\_\_\_\_\_  
Maria Isabel de Oliveira  
*Coordenador da Assistência Farmacêutica*





**ANEXO II**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº.005/2024**  
**PROPOSTA COMERCIAL**

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
I.E. (se houver): \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ) E-mail: \_\_\_\_\_ Conta Bancária: \_\_\_\_\_  
Banco \_\_\_\_\_ Ag: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Responsável pela  
empresa: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Cargo do responsável: \_\_\_\_\_

À Prefeitura Municipal Bastos, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº 005/2024, conforme planilha abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	MARCA	Nº REG.ANVISA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)**

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.  
A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

**Cidade, Dia do Mês do Ano de 2024.**

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_  
Nome do representante legal: \_\_\_\_\_  
Cargo/função do representante legal: \_\_\_\_\_

OBS. Preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente.

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Ao pregoeiro e equipe de apoio**  
Prefeitura Municipal de Bastos – SP  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº..... e CPF

nº....., cuja função/cargo é..... sócio

administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

- 5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

- 11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF

sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2024** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Local (dia) mês, de 2024.

Nome assinatura

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI  
123/2006.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXX RS,                                  de                                  de 2024.

.....  
**Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)**  
**CONTADOR - CRC**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos xx dias do mês de xxxxxxxx do ano de 2024 (xxxxxx), compareceram, de um lado o **MUNICÍPIO DE BASTOS, ESTADO DE SÃO PAULO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Sob n.º 45.547.403/0001-93, com sede à Rua Ademar de Barros nº 600, Centro, nesta cidade de Bastos-SP, neste ato representada por Sr. Manoel Ironides Rosa, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Bastos-SP, portador do CPF, no final assinada, doravante denominada **PROMITENTE CONTRATANTE** e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **PROMITENTE CONTRATADA**, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 005/2024**, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com as especificações constantes no Edital homologado em \_\_\_\_\_ onde a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrito no **CNPJ sob o nº.** \_\_\_\_\_, por seu representante legal, \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1 Através da presente ata ficam registrados os **de preços para eventual aquisição de Medicamentos destinados para suprir as demandas do Fundo Municipal de Saúde no atendimento dos serviços de atenção básica e atendimento especializado de urgência e emergência e Ordens Judiciais impetradas contra o município**, solicitados de acordo com a necessidade do município.
- 1.2 Planilha BLL – Anexa com todas as informações abaixo elencadas:

Lote	Item	Qtde	Un	Cód.	Descrição	Valor unitário

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.
- 2.2 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.
- 2.3 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.
- 2.4 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.
- 2.5 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 005/2024** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO**

- 3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
- 3.2 - A DETENTORA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os materiais que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto da ATA e da decorrente contratação.
- 3.3 - O objeto deverá estar separado por lotes e prazos de validade, com seu respectivo quantitativo impresso na nota fiscal.
- 3.3.1 - O respectivo lote deverá vir acompanhado de laudo analítico laboratorial, expedido pela empresa produtora, titular do registro junto ao órgão competente do Ministério da Saúde. Este laudo analítico laboratorial deve corresponder ao laudo necessário na liberação do produto acabado junto ao fabricante, contendo no mínimo, as exigências definidas na respectiva Farmacopeia adotada.
- 3.4 - O objeto deverá conter em sua embalagem primária: número do lote data de validade, nome comercial, denominação genérica da substância ativa e concentração da substância ativa por unidade posológica, conforme determina a Resolução RDC nº 9 de 02/01/2001 e RDC nº333, de 19/11/2003.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.4.1 - No caso de embalagem hospitalar, a bula deve ser entregue na quantidade da embalagem primária correspondente.

3.4.2 - A embalagem secundária e/ou primária deve apresentar, obrigatoriamente, a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", nos casos em que essa expressão for fixada por meio de rótulo, a mesma deve ser IRREMOVÍVEL.

3.5 - O objeto no ato de sua entrega deverá apresentar o prazo de validade de no mínimo 75% (setenta e cinco) por cento do prazo total de validade previsto no produto.

3.6 - Apresentar os medicamentos com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rotulo e bula) devem estar em língua portuguesa.

3.7 - O transporte do objeto deverá obedecer aos critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

3.8 - O objeto do contrato deverá ser entregue na Unidade de Distribuição de Medicamentos e Materiais – (Yoshio Yamaguti), sito a Rua Presidente Vargas, nº. 498 - centro - Bastos/SP – (14) 3478-2978 – CEP: 17.690-000 – Horário de recebimento das 07 às 16:50hs.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado no prazo de 14 (quatorze) dias após a entrega dos itens, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante do referido pregão, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento.

4.1.1 Serão aceitas propostas com valores unitários de até 04 casas decimais, mas cabe salientar que para fins de emissão de nota fiscal o valor total da nota deverá ser apresentada com 02 casas decimais para fins de pagamento.

4.2 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.3 Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho.

4.4 Nenhum pagamento será efetuado à Promitente Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

4.5 No caso de controvérsia sobre a execução/entrega do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.6 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto.

4.7 No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

4.8 A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de bens necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa Promitente Contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

4.9 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de bens;

4.10 O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

4.11 Demais questões com relação ao pagamento encontram-se no Termo de Referência – Anexo I.

4.12 Fica o município autorizado a requerer todo e qualquer documento que ele julgue necessário para que a Promitente Contratada comprove plena regularidade fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000  
BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### SÃO OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATADA

Constituem obrigações da promitente contratada, além de outras previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos:

- 5.1 A Entrega dos materiais/produtos deverá ser por conta da promitente contratada sem ônus à Administração Municipal;
- 5.2 Entregar os materiais/produtos de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e anexos;
- 5.3 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 5.4 Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Bastos.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATANTE

Constituem obrigações da promitente contratante, além de outras previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos:

- 5.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s).
- 5.6 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.7 Ter a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.
- 5.8 As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências.
- 5.9 Verificar e fiscalizar as condições técnicas da promitente contratada, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.
- 5.10 Comunicar à promitente contratada as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da promitente contratada;
- 5.11 Efetuar o pagamento à promitente contratada no valor e prazos estabelecidos no edital e demais anexos.
- 5.12 A comunicação entre promitente contratada e promitente contratante se dará via endereço eletrônico: [smebastianos@gmail.com](mailto:smebastianos@gmail.com)

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1 – As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pelo envio da Nota de Empenho à detentora.
- 6.2 - A Promitente Contratada do Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.
- 6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.
- 6.4 - A Promitente Contratada, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 6.5 - A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

Observado o disposto no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à PROMITENTE CONTRATADA:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.

i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 7.1. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

8.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

8.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

8.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.5 Na hipótese de a PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

8.6 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

8.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2 O descumprimento, por parte da PROMITENTE CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Bastos o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a

ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

9.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

9.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

9.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Bastos poderá aplicar à PROMITENTE CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

**DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.7.3 Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.7.4 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

9.8.1 Por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

9.8.2 A pedido do fornecedor;

9.8.3 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.8.4 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.8.5 Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.8.6 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2 - As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

Modalidade:		PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS						Nº	005/2024	
Objeto:	Classificação orçamentária com a categoria econômica funcional/programática para suprir as despesas para a aquisição de <b>medicamentos</b> para atendimento das redes básicas especializadas bem como sentenças judiciais para manutenção dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.									
Despesa desdobrada	Natureza da despesa	Nomenclatura da despesa	Funcional Programática	Unidade Orçamentária	Despesa Principal	Fonte	CA	Nome do Recurso	Saldo da Dotação	
1866	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.122.0033.2078	SEC. MUNIC. SAÚDE	1861	1	310-0000	TESOURO	R\$ 99.753,64	
2300	3.3.90.32.02.00.00	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	02.05.00.10.122.0033.2078	SEC. MUNIC. SAÚDE - Distribuição Gratuita	2299	1	310-0000	TESOURO	R\$ 122.148,94	
1949	3.3.90.91.99.00.00	DIVERSAS SENTENÇAS	02.05.00.10.122.0033.2078	SEC. MUNIC. SAÚDE - Sentenças Judiciais	1948	1	310-0000	TESOURO	R\$ 500.000,00	
2135	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.301.0037.2017	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Básica	2130	1	310-0000	TESOURO	R\$ 790.000,00	
2177	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.301.0037.2017	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Básica	2172	2	301-0004 qualis mais 301-0005 pab 301-0006 sorria sp	TRANSF ESTADUAIS	R\$ 602.633,28	





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

							301-0008 saúde custeio		
2257	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.301.0037.2017	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Básica	2252	5	301-0001 captação ponderada 301-0002 pagto desemp 301-0003 ações estrat 301-0007 informatiza aps 300-0087 qualificar custeio 300-0095 seg. alim. nutr. 312-0003 covid	TRANSP FEDERAI S	R\$ 268.216,40
2281	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.301.0037.2017	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Básica	2276	5	800-0000	TRANSP UNIÃO (emendas)	R\$ 699.310,00
2637	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.302.0038.2067	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Especializada	2633	1	310-0000	TESOURO	R\$ 350.066,85
2684	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.302.0038.2067	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Especializada	2680	5	302-0001 mac munic 302-0003 resid terap 302-0004 caps	TRANSP FEDERAI S	R\$ 100.000,00
2663	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.302.0038.2067	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Atenção Especializada	2659	5	800-0000	TRANSP UNIÃO (emendas)	R\$ 17.360,79
3015	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.303.0037.2102	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Suporte Profilático e Terap	3013	1	310-0000	TESOURO	R\$ 382.277,00
3022	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.303.0037.2102	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Suporte Profilático e Terap	3020	2	300-0053 dose certa 300-0026 insumos diabetes	TRANSP ESTADUA IS	R\$ 80.000,00
3035	3.3.90.30.09.00.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	02.05.00.10.303.0037.2102	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Suporte Profilático e Terap	3032	5	300-0012 assist. farm. básica 300-0087 qualificar custeio	TRANSP FEDERAI S	R\$ 237.149,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

**DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4844	3.3.90.32.02.00.0 0	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	02.05.00.10.303.0037.210 2	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Suporte Profilático e Terap - Distr. Gratuita	3039	1	310- 0000	TESOURO	R\$ 13.927,88
3061	3.3.90.30.09.00.0 0	MATERIAL FARMACOLÓGIC O	02.05.00.10.304.0032.206 8	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Vig. Sanitária	3057	1	303- 0001	TESOURO MAC- VISA	R\$ 32.000,00
3089	3.3.90.30.09.00.0 0	MATERIAL FARMACOLÓGIC O	02.05.00.10.304.0032.206 8	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Vig. Sanitária	3085	5	303- 0002	BLVGS	R\$ 15.974,49
3218	3.3.90.30.09.00.0 0	MATERIAL FARMACOLÓGIC O	02.05.00.10.305.0032.201 8	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Vig. Epidemiológ ica	3214	1	310- 0000	TESOURO	R\$ 10.000,00
5785	3.3.90.30.09.00.0 0	MATERIAL FARMACOLÓGIC O	02.05.00.10.305.0032.201 8	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Vig. Epidemiológ ica	5194	2	303- 0003 aedes aegypti 303- 0005 incent imuniz 300- 0097 vig epid	TRANSF ESTADUA IS	R\$ 25.000,00
3239	3.3.90.30.09.00.0 0	MATERIAL FARMACOLÓGIC O	02.05.00.10.305.0032.201 8	FUNDO MUNIC. SAÚDE - Vig. Epidemiológ ica	3235	5	303- 0000 vig em saúde 313- 0000 ace	TRANSF FEDERAI S	R\$ 50.000,00
<b>Total de dotação disponível em 21/02/2024:</b>									<b>R\$ 4.395.818,27</b>

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES**

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 005/2024** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

13.1 Será designada como gestor(a) da Ata de Registro de Preço o Sr **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

13.1.1 O gestor da Ata de registro de preço coordenará a entrega dos materiais, a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da avença contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.1.2 Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Promitente Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.1.3 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93

RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, SALA 01, CENTRO, CEP N.º 17.690-000

BASTOS-SP. FONE (14) 3478-9800

#### DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1.4 O gestor da ata também acompanhará o prazo de vigência da ata, de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.1.5 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

13.1.6 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

13.2 Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da ata de Registro de Preços **o servidor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado por portaria municipal**, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

13.2.1 Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos objetos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

13.2.2 Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

13.2.3 Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

13.2.4 Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

13.2.5 Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente;

13.2.6 Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

13.2.7 Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.5 À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

13.6 Ao preposto da Promitente Contratada competirá, entre outras atribuições:

13.6.1 Representar os interesses desta perante a Administração;

13.6.2 Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

13.6.3 Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos bens fornecidos;

13.6.3 Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

#### CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Bastos - SP, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Bastos,... de .....de 2024.

MANOEL IRONIDES ROSA  
PREFEITO DE BASTOS

PROMITENTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS